

14 JAN 1994

4 JORNAL DA TARDE

# jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO  
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900  
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO  
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

## Diretor Responsável

RUY MESQUITA

## Diretores

Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita

César Táctico Lopes Costa  
José M. Homen de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

## Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

## Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

## Editor Chefe

Celso Kinjô

## Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

## Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

## Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

## CPJ - Orçamento Tem anão disfarçado por aí!

Um cheiro de pizza, cada vez mais forte, envolve a CPI do Orçamento e se espalha pelos plenários do Senado e da Câmara, aos quais caberá a última palavra sobre as punições a serem aplicadas. O sinal mais evidente de que o Congresso, mesmo com o risco de se desmoralizar de vez, poderá brindar a sociedade brasileira com uma enorme frustração é a decisão da CPI de não convocar para depor nem o deputado Miguel Arraes (PSB) nem a deputada Roseana Sarney (PFL-MA), embora haja fortes suspeitas sobre o comportamento de ambos. E o grande escândalo é que não é ninguém mais ninguém menos que o PT, que vive gritando a sua fúria moralista nos meios de comunicação, o grande patrocinador do surpreendente "final feliz" para estes dois envolvidos nos escândalos.

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) e o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) fizeram tanto estardalhaço quanto podiam com as informações comprometedoras encontradas em documentos apreendidos na casa de um diretor da Construtora Odebrecht. Enquanto o deputado petista ligava, pela manhã, para todas as redações do País para alertar para a importância das "révelações" supostamente contidas na papelada que encontrara, Bisol anunciaria à Nação, da tribuna do Senado, a existência de "um governo paralelo comandado pelas empreiteiras". Acusados de exploração eleitoral do palco da CPI, os dois parlamentares reagiram com indignação. O deputado Mercadante, aliás, retrucava sempre, aos que o acusavam de precipitação nas acusações que fazia, com a explicação de que "certas investigações só iriam adiante se os indícios que as tornavam necessárias fossem divulgados, mesmo sem provas, para que a opinião pública pressionasse pelo aprofundamento das investigações", e que seu interesse, apesar do que pudesse parecer, era, portanto, apenas e tão-somente o saneamento dos costumes políticos brasileiros.

Aberto o documento com que Mercadante e Bisol alarmaram toda a Nação, surgiu, com grande destaque na lista de parlamentares cooptados pela empreiteira, o sr. Miguel Arraes, um dos gurus e mitos da esquerda brasileira e presidente destacado do partido do senador Bisol, como o único beneficiário não de uma porcentagem inscrita ao lado de seu nome, mas de uma **mesada**, perfeitamente definida e inalterável de US\$ 30 mil a parcela.

Por bem menos que isso, outros parlamentares cujos nomes constavam daquele documento foram convocados a depor na CPI e, depois de severamente inquiridos pelo hábil deputado petista, tiveram seus nomes incluídos na lista dos 50 que serão citados no relatório final, alguns com recomendação expressa de cassação de mandato e mais as penas da lei. Mas um eventual depoimento de Arraes, por todos os títulos recomendável, a começar pela distinção que mereceu da Odebrecht — certamente não por acaso —, foi mantido em banho-maria.

Já houvera uma primeira tentativa de transformar em pizza os casos Arraes e Roseana, mas as denúncias da imprensa do conchavo entre o grupo de Sarney e os grupos ligados a Arraes fizeram os membros da CPI retroceder, e os dois voltaram à lista de espera dos depoentes. Enrola daqui, conchava dali, a CPI chegou à última semana de trabalhos. A sempre zelosa comissão de bancos, fonte das maiores provas de corrupção levantadas pela CPI, sempre com o prestimoso concurso do PT e de sua polícia bancária, já tinha arrefecido o seu ânimo. Os últimos depoimentos tomados na CPI não iam adiante. Por falta de investigações preli-

minares, os inquisidores já não sabiam o que perguntar a quem depunha, deixando escapar por esta brecha muitos acusados contra os quais pesavam indícios tão ou mais fortes que os que praticamente condenaram outros, com costas menos "quentes". E nada de chegar a vez de Arraes e Roseana.

Eis senão quando ocorre o segundo momento importante dessa cronologia pouco recomendável, muito pouco divulgado por uma imprensa que, freqüentemente, tem perdido a moral para criticar a estatura dos "anões" da política: o sr. Arraes, nome de destaque no principal documento de acusação levantado com estardalhaço pelos representantes do PT na CPI, candidato ao governo de Pernambuco, e Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, que se apresenta aos eleitores como a última reserva moral da Nação, fecham um acordo político formal para as próximas eleições. Bisol, que é do partido de Arraes, surge como o nome mais forte para ser novamente candidato a vice na chapa de Lula.

E, no dia seguinte, um acordo entre os representantes da esquerda e o grupo de Sarney na CPI impede a convocação de Arraes para depor, oferecendo em troca a não convocação também da deputada Roseana Sarney, contra quem pesam indícios veementes de levar uma vida enormemente mais confortável que aquela que lhe permitiria o salário que ganha! Exatamente aquele tipo de conchavo à velha moda, que PT e PSB tanto gostam de criticar nos outros partidos.

Isto é, no momento em que o alfange correu por sobre as cabeças, todos se agacharam, inclusive aqueles que o acionaram, ficando com a mesma estatura dos demais anões. E, se é verdade, como diz o axioma, que a Justiça não é. Justiça se não for cega, também é verdade que uma CPI que só cassa ladrões sem costas quentes não altera em nada a velha e daninha "cultura política" que explica o milagre da miséria sustentada em pleno país da fartura.

O senador Bisol teve, pelo menos, a dignidade de declarar que foi voto vencido nesta decisão de só convocar para depor os implicados ao lado de cujo nome, no documento da Odebrecht, constava uma porcentagem, poupano aqueles que recebem mesadas em dólares. Mas o deputado Mercadante, além de declarar de público a sua adesão à matreia, ainda tem o desplante de dizer que "convocar o Arraes para depor agora é demagogia!!!"

Mas, para quem não tem a cara feita de madeira e não está afeito a contorcionismos dialéticos ofensivos às inteligências saudáveis, só resta a conclusão de que Justiça e saneamento moral não eram, desde o início, as forças que moviam esta CPI e nem os seus mais notórios animadores. O que os movia então? Só é possível conjecturar sobre isto. Ganhar mídia, vestindo a fantasia de "paladino da Justiça", nas vésperas de uma eleição marcada pelo desencanto do eleitorado com a corrupção impune, o que pode funcionar muito bem, como demonstrou certo "caçador de marajás"? Esgotar as fontes de financiamento eleitoral dos adversários criando um clima de terror entre os financiadores tradicionais de campanhas, enquanto se preservavam as fontes próprias de financiamento, como sugere o forte cheiro de pizza que, com o decisivo concurso do PSD e do PFL, cerca também a instalação da CPI da CUT, que poderia esclarecer como se financiam as campanhas dos partidos que não se financiam junto às empresas privadas?

Infelizmente, o veredito terá de ficar para os eleitores, porque estas CPIs "já eram".